PLANO DE GARANTIA A ACESSIBILIDADE



Sumário

1. Introdução 3
2. Composição, Forma de Escolha e Competência 3
3. Acessibilidade e Inclusão 4
4. Tipos de Acessibilidade 4
5. Atividades de atendimento educacional especializado 5
6. Objetivos do Núcleo de Inclusão e Acessibilidade 6
7. Serviços oferecidos pelo Núcleo 7
8. Políticas de acessibilidade 7
9. Acessibilidade Digital 7
10. Justificativa 8
11. Educação Inclusiva 8

1. Introdução

Os temas inclusão e acessibilidade começaram a fazer parte das discussões a respeito das políticas públicas há muito pouco tempo no país. A temática acessibilidade tem motivado intensas reflexões e debates por parte dos profissionais da área da educação e afins. Dotar as instituições de educação superior de condições de acessibilidade é materializar os princípios da inclusão educacional que implicam em assegurar não só o acesso, mas condições plenas de participação e aprendizagem a todos os estudantes. (INEP, 2013).

O debate sobre a inclusão na educação superior se inscreve na discussão mais ampla do direito de todos à educação e na igualdade de oportunidades de acesso e permanência, com sucesso, nessa etapa de ensino. Paradoxalmente, apesar de um crescente ingresso do alunado que demanda atendimento especial, o que confronta as práticas discriminatórias e a cultura seletiva e elitista da educação superior, dados do Censo da Educação Superior do ano de 2011 demonstra que, em um universo de 6.739.689 estudantes com matrícula, apenas 23.250 apresentam algum tipo de deficiência, o que equivale a um percentual de 0,35%. (INEP, 2012). Assim, para fazer avançar a política de inclusão, é fundamental que a evolução das matrículas se dê acompanhada de políticas públicas que garantam não só a acessibilidade aos estudantes já matriculados, mas a disseminação da informação e sensibilização da comunidade acadêmica para o desenvolvimento da educação inclusiva, dando consequência aos dispositivos legais, às orientações dos organismos internacionais e à política de democratização do ensino instituída pelo governo federal. Neste sentido se faz esse núcleo para uma importante contribuição, clarificando conceitos e qualificando as reflexões acerca dos preceitos da acessibilidade e da educação inclusiva em instituições de ensino superior.

2. Composição, Forma de Escolha e Competência

O Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da Instituição será composto por:

- educador especial;
- profissional com capacitação em Libras;
- profissional com capacitação em Braille;

A eleição e o período de vigência do mandato de cada Comissão de Acessibilidade, dar-se á a cada 2 (dois) anos, sempre ao início do ano letivo em curso.

O Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da Instituição trabalha em parceria:

- Com a Direção, buscando alternativas para o desenvolvimento das políticas institucionais no que se refere ao processo de acessibilidade pedagógica, arquitetônica, comunicacional, atitudinal e digital.
- Com as coordenações de curso e com o corpo docente na orientação educacional e profissional dos discentes, favorecendo a capacidade de tomar decisões e promover sua maturidade profissional.

3. Acessibilidade e Inclusão

Segundo o Instrumento de Avaliação, acessibilidade é:

> "Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida" (Lei 13.146/2015 – art. 3º, inciso i).

Sendo assim acessibilidade é a possibilidade de qualquer pessoa, independentemente de suas capacidades físico-motoras e perspectivas, culturais e sociais, usufruir os benefícios de uma vida em sociedade, ou seja, é a possibilidade de participar de todas as atividades, até as que incluem o uso de produtos, serviços e informação, com o mínimo de restrições possível. Dessa maneira a IES acredita que a inclusão não significa só inserir a pessoa com limitações ou dificuldades dentro do sistema, mas também preparar esse ambiente para recebe-la.

4. Tipos de Acessibilidade

a) Acessibilidade arquitetônica: Condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (art. 8°, Decreto n° 5.296/04, Lei 10.098/00).

b) Acessibilidade pedagógica: Ausência de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo. Está relacionada diretamente à concepção subjacente à atuação docente: a

forma como os professores concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional irão determinar, ou não, a remoção das barreiras pedagógicas.

c) Acessibilidade nas comunicações: Eliminação de barreiras na comunicação interpessoal (face a face, língua de sinais), escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila etc., incluindo textos em Braille, grafia ampliada, uso do computador portátil) e virtual (acessibilidade digital).

d) Acessibilidade atitudinal: Refere-se à percepção do outro, sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. Todos os demais tipos de acessibilidade estão relacionados a essa, pois é a atitude da pessoa que impulsiona a remoção de barreiras.

e) Acessibilidade digital: Direito de eliminação de barreiras na disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de tecnologias assistivas, compreendendo equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos.

5. Atividades de atendimento educacional especializado

Através do Núcleo a IES desenvolve algumas atividades de atendimento onde é elaborado e organizado recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminam barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. Dentro dessas atividades, destacam-se:

- Estudantes com deficiência mental (intelectual) - Atividades para desenvolvimento dos processos mentais superiores (controle consciente do comportamento, atenção e lembrança voluntária, memorização ativa, pensamento abstrato, raciocínio dedutivo, capacidade de planejamento, entre outros).

- Estudantes com deficiência auditiva ou surdez - As atividades se desenvolvem em três momentos didático-pedagógicos: AEE em Libras (exploração em Libras do conteúdo trabalhado em sala); AEE de Libras (ensino de Libras, incluindo a criação de sinais para termos científicos conforme a necessidade, em analogia a conceitos já existentes), ensino da Língua Portuguesa na modalidade escrita, como segunda língua.

- Estudantes com deficiência visual ou cegos - Sistema Braille, Sorobã, orientação e mobilidade, utilização de recursos ópticos e não ópticas, atividades de vida autônoma; software de ampliação de tela e de leitura de texto, com ampliação flexível em vários tamanhos e sem distorção, ajuste de cores, otimização de foco, ponteiro e cursos; entre outros.

- Estudantes com surdocegueira - Ensino do método de linguagem Tadoma, Libras adaptada ao surdo-cego (utilizando o tato), alfabeto manual, alfabeto moon (substitui as letras por desenhos em relevo), sistema pictográfico, que usa símbolos e figuras para designar os objetos e ações, entre outros.

- Estudantes com transtornos globais de desenvolvimento - Uso do computador como auxílio à aprendizagem; PECS (sistema de comunicação através da troca de figuras); Método TEACCH (tratamento e educação para crianças autistas e com distúrbios correlatos da comunicação), entre outros.

- Estudantes com altas habilidades/superdotação - Programas de enriquecimento curricular. Conforme Alencar e Fleith (2001), as atividades de enriquecimento possibilitam aos alunos com altas habilidades/superdotação a vivência de aprendizagens desafiadoras, auto-seletivas e baseadas em problemas reais, além de favorecer o conhecimento avançado em uma área específica, estimular o desenvolvimento de habilidades superiores de pensamento e encorajar a aplicação destas em situações criativas e produtivas.

A permanência é garantida através do atendimento individual, de acordo com a necessidade de cada estudante e também através de ações que visem a eliminação de barreiras pedagógicas, atitudinais, arquitetônicas e de comunicação, possibilitando uma efetiva participação dos alunos com deficiência na IES.

6. Objetivos do Núcleo de Inclusão e Acessibilidade

- garantir condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme disposto na CF/88 (arts. 205, 206 e 208), na NBR 9050/2004 (ABNT), na Lei n° 10.098/2000, nos Decretos n° 5.296/2004, n° 6.949/2009, n° 7.611/2011 e na Portaria n° 3.284/2003;
- participar ativamente da agenda de reuniões, encontros e estudos promovidos pela IES;
- propor parcerias para o desenvolvimento de projetos e ações de acessibilidade;
- avaliar as propostas, projetos, sugestões e emitir parecer sobre assuntos inerentes à acessibilidade e inclusão;
- viabilizar esforços no sentido de promover aplicabilidade, supervisão e fiscalização na execução das ações de acessibilidade e inclusão no âmbito da IES;
- elaborar material informativo: folders, notas, audiovisuais (alimentação da Home Page, fotos, etc.), para divulgação das ações da acessibilidade e inclusão.

7. Serviços oferecidos pelo Núcleo

- acompanhante em sala de aula;
- ledor e transcritor;
- guia vidente;
- tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras);
- tecnologia assistiva: softwares ledores, ampliadores de tela, lupas eletrônicas e orientação ao uso dos mesmos;
- articulações com os diversos setores da universidade para criar e promover estratégias de inclusão, acessibilidade e permanência para os estudantes com deficiência.

8. Políticas de acessibilidade

No contexto acadêmico, as políticas de acessibilidade têm o objetivo de implementar medidas para a adaptação e necessidades dos alunos com deficiência.

Com o objetivo de contribuir para a participação plena e efetiva das pessoas com deficiência na vida acadêmica, cultura e cientifica, a IES busca garantir:

- a formação docente e técnico-administrativa para a participação nos processos de ensino, na promoção da aprendizagem e no atendimento das pessoas com deficiência;

- a possibilidade de continuar os estudos nos diferentes níveis de ensino;

- a acessibilidade arquitetônica, pedagógica, digital, e atitudinal nas comunicações;

- a articulação entre os diferentes setores institucionais para a implementação de ações voltadas ao acesso, à permanência e à participação das pessoas com deficiência nos cursos da IES.

9. Acessibilidade Digital

Segundo o atual instrumento de avaliação, acessibilidade digital é:

> Uso de tecnologias que tornem a comunicação e o conteúdo virtual (ambientes de aprendizagem, ferramentas, correio

eletrônico, fóruns de discussão, páginas web) acessíveis aos indivíduos que necessitem de interface específica, seja de forma autônoma ou assistida.

Dessa forma, a acessibilidade digital compreende a alfabetização informacional com ênfase na tecnologia da informação, ou seja, na habilidade de operar e comunicar-se a partir de computadores. Todas as pessoas, portadoras de necessidades especiais devem ser inseridas no cenário social, sendo assim, a acessibilidade digital garante o acesso à informação e inserção dos estudantes com deficiência. A tecnologia deve ser entendida, como instrumento facilitador do processo de ensino e aprendizagem, devendo ser utilizada, em favor das necessidades dos estudantes.

10. Justificativa

O acesso à web deve ser para todos, sem restrições ou barreiras. Algumas das vantagens e benefícios que a acessibilidade digital proporciona, são:

Acesso a todos: a implementação da acessibilidade digital conduz o acesso a todos, garantindo o entendimento e o controle da navegação dos usuários aos conteúdos e serviço da web, independentemente das suas capacidades físico-motoras e perceptivas, culturais e sociais.

Inclusão digital e social: o computador e a Internet representam um enorme passo para a inclusão de pessoas, em especial aquelas com deficiência, que podem estudar, trabalhar, fazer compras, pagar contas, compartilhar experiências e conhecimento, sem necessidade de deslocamento.

Tecnologia assistiva: um dos aliados das pessoas com deficiência para o uso do computador são os recursos de tecnologia assistiva, que auxiliam na realização de tarefas antes muito difíceis ou impossíveis de realizar, promovendo, desta maneira, a autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social de pessoas com deficiência.

11. Educação Inclusiva

A IES tem o compromisso de efetivar as políticas direcionadas a Educação Especial e as pessoas com deficiência (PcD) tais como a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, a lei nº 10.098/2000 entre outras

pertinentes. A educação inclusiva busca atender as necessidades educativas educacionais especiais de todos os sujeitos-alunos, de forma que promova a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal de todos.

Conforme legislação vigente são os seguintes objetivos adotados pela IES:

- promover a melhoria do desempenho dos alunos, assim que comprovada a deficiência por meio das oficinas de nivelamento;
- aumentar o número de estudantes afrodescendentes e indígenas matriculados e egressos na IES;
- propiciar condições necessárias aos ingressantes para a permanência nos cursos de graduação;
- reforçar a política de assistência e acompanhamento estudantil;
- estimular práticas sociais e escolares fundamentadas no respeito aos Direitos Humanos;
- promover a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
- incentivar a participação coletiva e individual, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;
- promover ações necessárias para incentivar a redução das desiguais regionais, sociais e;
- absorver o contingente de migrantes da região e do município nos cursos superiores oferecidos, preparando e qualificando profissionais para o desempenho eficiente de suas funções.

Bibliografias

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2017.

Constituição Federal 88 (arts. 205, 206 e 208)

Lei n° 10.098/2000

Decretos n° 5.296/2004, n° 6.949/2009, n° 7.611/2011

Portaria n° 3.284/2003

Disponível em:
<http://www.crefito10.org.br/cmslite/userfiles/file/ACESSIBILIDADE/CONCEITO%20DE%20ACESSIBILIDADE.pdf>

INEP, Instrumento de Avaliação, 2017.
Disponível em:
<http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/instrumentos/2017/IES_credenciamento.pdf>